



CARTA DO 10. SEMINÁRIO DA REDE QUILOMBAÇÃO

Desde as eleições de 2022, quando uma grande frente política foi formada para derrotar o nazifascismo, a incipiente democracia brasileira vem sendo ameaçada pelas constantes tentativas golpistas, pelas chantagens impostas pela direita fisiológica majoritária no Congresso Nacional e, acima disto, pelas armações feitas pelo grande capital transnacional. É fato que a democracia nos países da periferia do capitalismo não é funcional para os interesses do grande capital, razão pela qual ele pressiona para a sua restrição a ponto desta democracia ser meramente procedimental para a população negra da periferia ou mesmo para destruir todas as instituições democráticas e lançar mão do fascismo.

A luta contra o racismo é a **luta contra o capital**. Isto porque o racismo estrutural é o mecanismo que possibilita a reprodução de riquezas por meio da superexploração da mão de obra. O racismo é a ideologia que legitima as brutais desigualdades sociais.

Nos últimos 20 anos, graças a pressão do movimento negro, as políticas de combate ao racismo avançaram significativamente no Brasil. Cotas raciais nas universidades e concursos públicos, alteração da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional que possibilitou a instituição da educação para as relações etnicorraciais, políticas de ação afirmativa na saúde, cultura, educação, direitos humanos; espaços específicos de gestão pública para estas políticas, entre outros. Militantes negras e negros foram fundamentais na pressão por tais políticas, como também na sua elaboração e implementação.

Não temos dúvida de que o nazifascismo é uma reação a estes avanços. Mas também temos a certeza que o nazifascismo é também uma reserva política do grande capital. Isto porque estes avanços da população negra sinalizam para a necessidade de profundas transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil que colocam em risco o modelo da superexploração da mão de obra. Daí que há uma tendência oculta em setores do grande capital em "controlar" tais avanços, gerir as políticas de combate ao racismo até o limite onde o sistema capitalista não seja colocado em xeque.

Ao mesmo tempo que houve os avanços nas políticas de combate ao racismo, os dados mostram a brutal diferença de remuneração entre brancos e negros (64% a favor dos brancos, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE), negras e negros como alvos preferenciais dos homicídios (80%), sem contar os impactos em boa parte da juventude negra que é obrigada a trabalhar no mercado informal, submetendo-se a brutal exploração das plataformas de aplicativos, a manutenção do modelo inspirado no escravismo no trabalho doméstico, tudo "legalizado" com a reforma trabalhista aprovada no governo golpista de Michel Temer e a contra-reforma previdenciária aprovada no governo Bolsonaro.

Esta disputa não está encerrada no atual governo Lula. Há setores do governo que tentam conciliar uma política social com a manutenção dos interesses do grande capital especulativo. A não ruptura com uma política que busca a todo custo o equilíbrio fiscal faz



com que o orçamento do Ministério da Igualdade Racial para 2024 seja de ridículos 200 milhões de reais (o menor de todos). Que se proponha a privatização dos presídios. Que se tenta acabar com o fim dos percentuais mínimos para Educação e Saúde previstos na Constituição.

E enquanto isto, a direita e a extrema-direita continuam agindo. Tentam criminalizar os movimentos sociais como aconteceu com a fracassada CPI do MST. Pressionam para aprovar o marco temporal. Aprovaram no Senado o "pacote do veneno" que liberou agrotóxicos perigosos para a saúde da população.

Nós, da Rede Quilombação, organização suprapartidária do movimento negro, apoiamos a eleição de Lula mas não nos abstermos de fazer as críticas e pressionar pela nossa agenda.

Diante disto, neste X Seminário, apontamos alguns tópicos centrais para a construção de uma agenda política do movimento negro:

- Revogação imediata do Decreto 11.498/23 que possibilita a privatização de presídios;
- Reforma tributária antirracista que tribute os mais ricos, o patrimônio e crie mecanismos de estímulo fiscal a arranjos produtivos comunitários da população negra.
- Direitos trabalhistas e previdenciários para todos os trabalhadores de aplicativos e trabalhadoras domésticas.
- Revisão do orçamento federal de 2024, mais recursos para os ministérios da igualdade racial e direitos humanos.

É tarefa dos movimentos sociais construir suas agendas e pressionar para que elas sejam contempladas. Nossa contribuição nestes dez anos de existência tem sido esta. Fomos a primeira entidade do movimento negro que fizemos uma análise crítica do "arcabouço fiscal" e seus impactos para a população. Durante a pandemia, fomos a primeira entidade que pressionamos para a aprovação de um Plano Emergencial para as Periferias e também pela aprovação do auxílio emergencial. Nosso papel como sujeitos coletivos políticos negros e negras é buscar a organização da população, debater as propostas e incidir politicamente de forma autônoma. Com todas as dificuldades, a Rede Quilombação tem feito isto.

Temos a certeza que esta ação política autônoma é a única que garantirá que a democracia no Brasil não seja uma palavra amputada e controlada pelo capital e sim se transforme em algo substantivo e vivenciado por todos, em especial a população negra da periferia.

REDE QUILOMBAÇÃO, DEZEMBRO DE 2023